



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002526-78.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**  
 Requerente: **Engefort Sistema Avançado de Segurança Ltda**  
 Requerido: **Br Aves Export e Transportes Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

**ENGEFORT SISTEMA AVANÇADO DE SEGURANÇA LTDA** propôs ação de cobrança em face de **BR AVES EXPORT E TRANSPORTE LTDA**. Alegou, em síntese ser credora da requerida no valor atualizado de R\$ 20.289,29 diante da inadimplência em contrato de prestação de serviço de segurança realizado nos meses de julho a agosto de 2016. Requereu a condenação da requerida ao pagamento do débito.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 05/34.

Determinação para que a requerente emendasse a inicial (fl. 35).

Emenda à inicial (fls. 38/41, acolhida à fl. 48).

Expedida Carta Precatória às fls. 58, que resultou infrutífera (fls. 65/74).

Citação da requerida por pessoa diversa (fl. 102) dos sócios da requerida.

Em contestação (fls. 115/119), a ré alegou preliminarmente, a tempestividade da defesa, requerendo a nulidade da citação de fl. 102. No mérito, reconheceu parte da dívida e informou que há excesso de cobrança pela requerente, uma vez que encerrou suas atividades em 22/06/2016 devolvendo o local onde funcionava a empresa. Requereu a cobrança de apenas R\$ 11.383,90, valor este incontroverso.

Réplica às fls. 133/134.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

De inicio verifico que a citação de fl. 102 se deu em pessoa diversa dos sócios da requerida, contrariando o quanto determinado na decisão de fl. 97. Conforme se constatou com a juntada da ficha cadastral da requerida junto à Jucesp, o endereço diligenciado não consta da inscrição comercial. Por essa razão, e afim de se evitar qualquer nulidade, foi determinada a citação pessoal – mão própria- na pessoa de um dos sócios da requerida, o que não se deu - fl.102.

Dessa maneira, de rigor se considerar que a citação se concretizou com a vinda espontânea da ré aos autos, no momento da apresentação da peça contestatória, portanto, tempestiva.

Dito isso, passo à análise do mérito.

Trata-se de ação de cobrança que a autora intentou visando o recebimento dos valores inadimplidos, referentes as notas fiscais juntadas aos autos.

O documentos de fls. 20/26 comprova devidamente a relação jurídica entre as partes, bem como a transação mencionada na inicial.

Pois bem, houve reconhecimento quanto ao débito alegado através da nota fiscal 11383, no valor de R\$11.383,90, atendo-se a requerida a impugnar os valores cobrados pela nota fiscal 11641, no valor de R\$7.183,15.

Em que pese as alegações da requerida, não há nos autos qualquer comprovação de que teria rescindido o contrato com a requerente. A devolução do imóvel a terceiro não vincula de nenhuma forma a requerente, que continuou prestando o serviço contratado, possivelmente diante do desconhecimento acerca da desocupação do imóvel.

Assim, o fato constitutivo do direito da parte autora foi provado com a juntada das notas fiscais e contrato (Fls. 11/26), sendo o que basta.

Havendo alegação de inadimplemento, compete à ré a prova do pagamento dos valores, já que inviável à requerente fazer prova negativa de que estes não foram pagas, o que deixou de fazer. Ao contrário aliás, reconheceu parte do débito e nada trouxe aos autos capaz de demonstrar a inexistência do restante do débito.

Dessa forma a procedência é de rigor.

Não houve impugnação específica em relação à planilha de cálculos de fl. 19 sendo que esta será tida como verdadeira.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a ré ao pagamento de R\$ 20.289,29. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data do vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além da incidência de juros monetários de 1% ao mês desde a citação.

Condeno a ré ao pagamento das despesas, custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% ao mês desde a citação.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 - Trânsito em Julgado às partes - Proc. Em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser fito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 ? Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 ? Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.

P.I.

São Carlos, 26 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**